

**Parecer n. 04 /2017/CTCOB/CNRH/MMA**

**Assunto:** Solicitação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – Dnocs para que sejam adotadas as providências necessárias por parte do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para definição dos valores que cabem a este Ente Federal, bem como a metodologia de repasse, conforme Lei n.10.204/2001.

**1. Histórico**

- 1.1. O DNOCS, por meio do Ofício n. 409/2017/DG (anexo), submeteu à consideração da SRHQ o PARECER N.04/2017/GA13/PFDNOCS/PGF/AGU (anexo) que versa sobre o direito ao recebimento de parcela da cobrança pelo uso da água retirada das infraestruturas operadas e mantidas por aquela Autarquia.
- 1.2. Os documentos geraram o Processo 02000.201966/2017-44 que teve como encaminhamento consulta à CTCOB. Ouvido o DNOCS durante a 97ª Reunião da CTCOB, ocorrida em 14 e 15 de agosto de 2017, o assunto foi debatido e constatou-se a necessidade de manifestação prévia da CTIL.

**2. Síntese das Discussões Técnicas**

- 2.1. Após o recebimento do pleito para a manifestação do CNRH, o assunto foi encaminhado para consulta à CTCOB. Foi feito o convite para a explanação do DNOCS durante a reunião da Câmara.
- 2.2. É do entendimento da Procuradoria do Dnocs, expresso no PARECER N.04/2017/GA13/PFDNOCS/PGF/AGU (anexo 1), que as águas em depósito decorrentes de obras da União a ela pertencem e, portanto, isso se aplica às coleções d'água armazenadas nas estruturas construídas pela Autarquia.
- 2.3. Guardado o entendimento da finalidade do instrumento da cobrança, o Parecer menciona o Inciso IX, do Art. 17, da Lei n.10.204, de 22 de fevereiro de 2001, que altera o Art.1º da Lei 4.229, de 1º de junho de 1963; que dispõe sobre as receitas do Dnocs.

*“[...] Art. 17. Constituem receitas do Dnocs:  
[...] IX – parcela da cobrança pelo uso de água oriunda do reservatório, açude, canal ou outra infraestrutura hídrica operada e mantida pelo Dnocs, na forma da regulamentação da Lei n.9433, de 1997. [...]”*

- 2.4. O Parecer menciona também a decisão da Justiça Federal do Estado do Ceará que julga parcialmente procedente o pedido do Dnocs pelo recebimento de valores das captações feitas pela Companhia de Águas do Rio Grande do Norte – Caern, entre dezembro de 1993 e dezembro de 2000.
- 2.5. O Parecer conclui que “tendo-se conferido legalmente ao DNOCS direito a obtenção de recursos financeiros pela retirada de água de seus açudes (Lei nº 10.204/2001), resta unicamente a definição do valor que cabe a esta Autarquia, devendo-se provocar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos para esse mister”.
- 2.6. Com base nas competências do CNRH, estabelecidas no Decreto n. 4163/03, o Dnocs então solicita o posicionamento do Conselho quanto à parcela devida à Autarquia referente à cobrança dos recursos hídricos captados dos açudes e canais mantidos pela autarquia.

- 2.7.** Após as discussões na CTCOB houve consenso quanto à relevância do pleito e o mérito da questão, embora se deva diferenciar a cobrança pelo uso da água da cobrança pela prestação de serviço referente à manutenção da infraestrutura hídrica.
- 2.8.** Por fim, restam questões legais e institucionais que devem preceder à continuidade das discussões do tema na CTCOB.

## **2. Conclusão**

Conclui-se que há a necessidade de melhor definição sobre os arranjos institucionais e questões legais que incidem sobre o tema levantado pelo Dnocs. Desta forma, encaminha-se os documentos para análise pela CTIL, antes que se volte a discutir assuntos pertinentes à CTCOB.

Este é o parecer,

Em, 14 de agosto de 2017.

  
**LIVIA SOALHEIRO ROMANO**  
Presidente da CTCOB